



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO SP**

**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR e PRADÓPOLIS**, com sede nesta cidade de
Ribeirão Preto SP,  Rua XI de agosto n. 361, Bairro Campos Elíseos, CEP
14.085-030, inscrito no CNPJ sob n 60.251.733/0001-20, neste ato
representado, na forma de seu Estatuto Social, pelo seu Presidente Laerte Carlos
Augusto, pela advogada e procuradora, infra-assinada, vem mui
respeitosamente,  presença de Vossa Excelência, para propor a presente **AÇÃO**
COLETIVA em face de **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO**, na pessoa do Sr.
Prefeito Municipal, ou seu representante judicial, estabelecida  Praça Barão do
Rio Branco s/n – CEP 14.010-140, inscrito no CNPJ sob n 56.024.581/0001-
56, **DAERP – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO**,
na pessoa de seu Superintendente, ou seu representante judicial, inscrito no
CNPJ sob n 56.022.858/0001-01, estabelecido  Rua Amador Bueno n 22 –
Centro – CEP 14010-070 e **IPM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS**
MUNICIPARIOS DE RIBEIRÃO PRETO, na pessoa de seu Superintendente ou

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



seu representante judicial, estabelecido  Rua Visconde de Inhaúma n 258, CEP 14.010-100, inscrito no CNPJ sob n 00.118.735/0001-14 o que faz pelas razões de fato e de Direito a seguir expostas.

I - DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO SINDICATO PARA FIGURAR NO POLO ATIVO DA PRESENTE AÇÃO COLETIVA

Em consonância com as normas constitucionais (art. 5, incisos XXI e LXX, CF/88), os Sindicatos podem representar seus filiados em juízo, quer nas ações ordinárias, quer nas ações coletivas, ocorrendo a chamada substituição processual. Amparado ainda pela Carta Política, *“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”* (art. 8, inc. III). Assim, as entidades sindicais estão legitimadas para proceder judicialmente a defesa de direitos e interesses individuais homogneos da categoria por elas representada.

Nesse passo, o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis tem legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria que representa, a de servidores públicos do município de Ribeirão Preto. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal: RE 197.029-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgamento em 13-12-06, DJ de 16-2-07.

O Estatuto do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis, em seu artigo 5 confere  entidade a seguinte prerrogativa: *“representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria profissional e os interesses de*



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

seus associados, nos termos dos poderes conferidos pelo inciso III do artigo 8 da Constituição Federal”.

Portanto, a legitimidade do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis de figurar no polo ativo da presente ação coletiva encontra-se estabelecida por disposições constitucionais, infraconstitucionais e estatutárias.

II – DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Na Data Base da categoria dos servidores municipais de Ribeirão Preto – ms de março – relativamente ao ano de 2016, após estudos, discussões e aperfeiamento das condições e cláusulas que reciprocamente decidiram pactuar, a Prefeitura Municipal, Primeira Suplicada, e esta entidade sindical Autora firmaram Acordo Coletivo.

Para suprir uma distorção que constava da LCM 2.515/2012, que instituiu o Plano de Classificação de Cargos, Vencimentos e Carreiras do Serviço Público Municipal da Administração Direta e Autárquica, constou do referido Acordo Coletivo firmado que os cargos de Fiscal de Obras, Fiscal de Posturas, Fiscal Lançador, Fiscal Sanitário e Fiscal, que compõem a carreira de Agentes de Fiscalização, seriam redenominados para Agente Técnico de Fiscalização, e enquadrados pertinentemente na carreira “15”, o que foi efetivado por meio da LCM 2765/2016.

Sobre plano de carreira no serviço público, a Constituição Federal, em seu artigo 39, com a redação anterior a da Emenda Constitucional 19, que vigora atualmente por força da liminar parcialmente concedida nos autos da Adin n 2135-4, prevê:

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administrao pública direta, das autarquias e das fundaes públicas”.

Com base na referida disposio constitucional o Sindicato dos Servidores Municipais ora Autor iniciou sua luta para que o município de Ribeirão Preto elaborasse o Plano de Carreira do Servidor Municipal. Na Data Base da categoria relativamente ao ano de 2012, o Sindicato obteve êxito em suas reivindicaes e foi aprovado o Plano de Carreira do Servidor Municipal de Ribeirão Preto com a edio da Lei Complementar Municipal 2.515.

Em razão das disposies previstas no artigo 39 da Lei Complementar Municipal 2.515/12, os cargos de Fiscal de Obras, Fiscal de Posturas, Fiscal Lançador, Fiscal Sanitário e Fiscal passaram a ter a denominao de **Agente de Fiscalizao**.

Em razão das especificidades técnicas próprias das atribuies que desempenham, os Agentes de Fiscalizao reivindicaram que seus cargos fossem redenominados para Agentes Técnicos de Fiscalizao, corrigindo assim uma distoro verificada na LC 2515/2012. Após várias negociaes e principalmente estudos, a reivindicao dos Agentes de Fiscalizao foi acolhida pela municipalidade na Data Base da Categoria, relativa ao ano de 2016, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho.

Em razão da formalizao do Acordo Coletivo na data base da categoria, foi publicada a Lei Complementar 2.765/16 que dispõe, em

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



seu artigo 10, a redenominação do cargo de Agente de Fiscalização, nos seguintes termos:

“Artigo 10 -. O Cargo de “Agente de Fiscalização” passa a denominar-se “Agente Técnico de Fiscalização” enquadrando-se na Carreira 15 – Agente Técnico da Lei Complementar n 2.515/2012, e seu respectivo vencimento inicial fixado no nível 15.1.61, a partir de 1 de dezembro de 2016.”

Em razão da aplicação da Lei Complementar 2.765/16, no mês de dezembro de 2016, os Agentes de Fiscalização da Administração Direta e das Autarquias Suplicadas tiveram a alteração da nomenclatura de seus cargos para Agentes Técnico de Fiscalização, bem como alteração de nível de vencimentos, conforme comprovam, por amostragem, os holerites inclusos.

Cabe esclarecer que os Agentes de Fiscalização que se aposentaram antes da aplicação do artigo 10 da Lei Complementar 2.765/16 também obtiveram direito aos benefícios da referida lei, em razão do disposto no artigo 2, VIII, da Lei Complementar 1.012/2000, abaixo transcrito:

“Art. 2 - A previdência municipal obedecerá aos seguintes princípios: que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar n 584/2000, de autoria deste Executivo e eu promulgo a seguinte lei:

(omissis)

VIII - Revisão dos proventos da aposentadoria e do valor das pensões, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformao ou re-classificao do cargo ou funo em que se deu a aposentadoria;”

Em janeiro de 2017, o atual governo municipal, sem qualquer motivao de seu ato, rompeu com o acordo firmado na Data Base da Categoria de 2016 e interpo a Adin não 2014841-73.2017.8.26.0000 questionando a constitucionalidade do artigo 10 da LCM 2.765/16.

Em razão da liminar concedida na Adin referida, os Agentes Técnicos de Fiscalizao, no mês de janeiro de 2017, tiveram a nomenclatura de seus cargos novamente alterada para Agentes de Fiscalizao e seus vencimentos reduzidos, conforme comprovam os holerites inclusos, por amostragem.

A negociao coletiva levada a efeito no ano de 2016, que ensejou o Acordo Coletivo de Trabalho referido, fruto de intensas negociaoes resultantes de concessoes mútuas, sempre na busca do entendimento e da composio entre as partes, se antecipou  contemporaneidade, começando a dar concretude  tendência de auto composio, prevista na Carta Magna e nos documentos da OIT (Organizao Internacional do Trabalho).

A Constituio Federal albergou a possibilidade de soluço negociada destinada a colmatar demanda existente em relao a resíduos inflacionários, mediante negociao coletiva. Portanto, ostenta-se em conformidade com o ordenamento jurídico a norma coletiva que reconheceu como devida a mudança de nomenclatura e de carreira do Agente de Fiscalizao.

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



No entanto, tal compromisso assumido pelo Município no Acordo Coletivo de Trabalho do ano de 2016, cuja interpretação mais recente do ordenamento jurídico existente confere força de lei, deixou de ser cumprido a partir de janeiro de 2017.

III – DO DIREITO

Quando a Administração Municipal se senta  mesa de negociação e inicia as tratativas visando estabelecer um Acordo Coletivo de Trabalho na Data Base da categoria, está cumprindo com o seu dever de negociar. Consolidando a transição da ditadura militar para a democracia, a Constituição deu  Administração Pública mecanismos jurídicos importantes para garantir o seu livre funcionamento, como  o caso da conveniência e oportunidade em estabelecer Acordos Coletivos de Trabalho.

Considerada a sua previsão constitucional, a liberdade de celebrar Acordos Coletivos de Trabalho para a administração pública está emoldurada tão somente por normas e princípios administrativos, sobremaneira pelo interesse público. Assim, a vontade (o querer administrativo)  simples complemento de um interesse público prévio (contido em lei).

O desembargador Ney Prado afirmou, peremptoriamente, em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo de 12 de outubro de 2016 (<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-disfuncionalidade-do-modelo-trabalhista,10000081639>), que:

O nosso “legalismo”, calcado no positivismo jurídico, tem nos levado  crença ingnua de que os conflitos de interesses no âmbito das relações de trabalho são mais adequadamente resolvidos por intermédio da



regulamentação legal do que pela via da negociação direta entre as partes. Persiste na cultura trabalhista a confusão entre o papel da norma como estimuladora do progresso e seu papel como geradora do progresso, independentemente dos processos reais da sociedade. A norma facilita ou dificulta o progresso, mas jamais materialmente o gera. A materialização do progresso pertence à ordem dos fatos, não à dos preceitos.

Sobre o instituto da negociação coletiva, o Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime de 2015, no Recurso Extraordinário 590.415, assim se manifestou:

“A Constituição de 1988 prestigiou a autonomia coletiva da vontade e a autocomposição dos conflitos trabalhistas (...) Quando acordos resultantes de negociação coletiva são anulados as relações por ele reguladas são desestabilizadas e a confiança no mecanismo da negociação coletiva é sacrificada (...) A negociação coletiva é uma forma de superação de conflito e desempenha função política e social de grande relevância (...) É um mecanismo de consolidação da democracia e da consecução autônoma da paz social (...), não deve ser vista com bons olhos a sistemática invalidação de acordos coletivos de trabalho”.

O enfrentamento da matéria define o alcance da autonomia da vontade das partes no âmbito de um Acordo Coletivo de Trabalho, conforme matéria do professor José Pastore, publicada em artigo no jornal O Estado de São Paulo, em 19 de abril de 2016, no site (<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-desvalorizacao-da-negociacao-coletiva,10000026928>):



O Brasil  um pa intrigante. No campo trabalhista, domina a ideia de ampliar e fortalecer a negociação coletiva na solução de divergências entre empregados e empregadores. A Constituição de 1988 valorizou a negociação coletiva. Sindicalistas e empresários desejam a negociação coletiva. Ironicamente, os magistrados da área trabalhista, com honrosas exceções, se colocam como obstáculo  negociação coletiva. Súmulas, orientações jurisprudenciais, instruções normativas e até mesmo sentenças têm anulado o esforço feito pelos sindicatos de trabalhadores e pelos empresários no sentido de encontrar solução para os seus problemas com base no seu entendimento e vontade.

O trabalho precisa de regulamento e essa  exercida por meio de leis e de acordos coletivos negociados entre as partes. Para aumentar a segurança jurídica nas relações de trabalho, portanto, o pa está consolidando a jurisprudência permitindo que o que for negociado entre as partes prevaleça até sobre o legislado.

O reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos integra o rol de garantias fundamentais.  o que prescreve o artigo 7., XXVI, da Constituição Federal. A norma constitucional  autoaplicável. Independe de regulamento. Além do mais, assenta-se na Convenção n. 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada e incorporada  legislação brasileira em 1994, a garantia dada aos sindicatos de decidir e negociar a pauta de reivindicações em liberdade, sem indesejável interferência do Estado.

Especificamente o Sindicato Autor, através de negociações coletivas que se desenvolveram ao longo de vários meses, buscou a

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000

proteo do trabalhador pela via negocial. A Constituio Federal abre espaço ao diálogo e foi através do diálogo que o Município de Ribeirão Preto, Primeiro Suplicado, concordou com a validade e viabilidade da cláusula que enquadrhou os Agentes de Fiscalizao na carreira “15”.

Todo o processo de formulao de reivindicaes que resultou no Acordo Coletivo de Trabalho objeto do presente feito, como a atuao na negociao, foi pautado pelos ditames da boa-f, da lealdade e pelo princípio da proteo do trabalhador pela via negocial. A doutrina jurisdiccional moderna elenca basicamente oito princípios norteadores do processo de negociao entre as partes, a destacar: *1. inescusabilidade negocial, 2. autonomia coletiva, 3. obrigatoriedade da atuao sindical, 4. Paz social, 5. igualdade, 6. contraposio, 7. transparência e 8. razoabilidade.*

Não privilegiar o instituto da livre negociao, através do qual as partes se obrigam a ter comportamento compatível com os fins econmicos e sociais pretendidos objetivamente pela operao negocial,  condenar toda pretensão econmica ou social em pretensão jurídica, sempre formulada sob forma de ao judicial. Tal situao anmala continuaria provocando uma inundao de aes judiciais visando a garantir o cumprimento, pelo Estado, de direitos e garantias estabelecidos na Constituio, ampliando a judicializao que  cada dia mais crescente no cenário institucional brasileiro.

Cumpra observar também que o Acordo Coletivo de Trabalho objeto do presente feito atendeu claramente aos deveres de razoabilidade, paz social e transparência, que também são faces destacadas do princípio da boa-f objetiva da Administrao Municipal durante uma negociao coletiva. A esse respeito assim assinalou o professor José Augusto

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



Rodrigues Pinto (in “Tratado de Direito Material do Trabalho”, São Paulo: LTr, 1^a edição, 2007, p. 768.)

 possível invocar-se para incorporação específica  negociação coletiva outro princípio geral do Direito – o da boa-f – a revelar-se pela ausência de preconceitos impeditivos de uma análise adequada das proposições do parceiro de debate.

Transportada para as relações jurídicas obrigacionais negociadas em Acordo Coletivo de Trabalho, o princípio da boa-f objetiva possui relevante papel na criação de deveres aos contratantes, cuja observância até prescinde de diplomas normativos ou disposições contratuais específicas. De acordo com a definição proposta por Célia Slawinski, (in Contornos Dogmáticos e a Eficácia da Boa-F Objetiva – O princípio da Boa-F no Ordenamento Jurídico Brasileiro, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2002, p. 14/ 15):

[...] A boa-f objetiva deve ser encarada como uma regra de conduta, ou seja, um dever de agir de acordo com determinados padrões socialmente recomendados, de correção, lisura, honestidade, para (...) não frustrar a confiança legítima da outra parte”. Ela obriga as partes envolvidas em situações jurídicas subjetivas a, razoável e equilibradamente, ponderar os interesses alheios e comportar-se com honestidade e lealdade na celebração, na execução e na extinção dos negócios jurídicos.

IV – O ACORDO COLETIVO DO TRABALHO NA VISÃO CONSTITUCIONAL E INFRA-CONSTITUCIONAL

 luz da Constituição Federal e de amplo leque de garantias previstas em Convenções Internacionais da OIT (Organização

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000

Internacional do Trabalho) s quais o Brasil  signatário, o Acordo Coletivo de Trabalho firmado em 2016, pelo Sindicato Autor e o Município de Ribeirão Preto Primeiro Suplicado, permanece incólume.

Nesse diapasão  certo concluir que o prestígio e o status constitucional da negociao coletiva, inscritos no art. 7, inc. XXVI, da Constituio da República, ao valorizar e reconhecer os mecanismos de negociao coletiva revela a opo por uma cidadania ativa, envolvendo as partes com a soluço dos conflitos e desafios, compartilhando valores cívicos e públicos e a revalorizao da composio democrática, além do fortalecimento do interesse geral entendido como “construo coletiva”. Essa lógica protetiva dos Acordos Coletivos de Trabalho e o prestígio  auto composio entre as partes está presente na Constituio:

“Art. 7. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem  melhoria de sua condio social: [...];

(...)

*XXVI - **reconhecimento das convenes e acordos coletivos de trabalho**” (grifou-se);*

*“Art. 8.  livre a associao profissional ou sindical, observado o seguinte:
I - a lei não poderá exigir autorizao do Estado para a fundao de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a interveno na organizao sindical;*

(...)

*III - ao sindicato cabe **a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas**;*

(...)

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



VI -  obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

A respeito do papel atribuído  negociação coletiva, o professor Luiz Marcelo Figueira de Gois, em Princípios da Negociação Coletiva, argumenta:

*[...] Sua relevância  absoluta para o equilíbrio das relações de trabalho no país, porquanto  através desse processo que os agentes da produção vo dialogar e buscar não são condições de trabalho apropriadas às particularidades de cada segmento profissional, mas também tentar **resolver suas desavenças e solucionar os conflitos coletivos de interesse** [...]. (grifou-se).*

O Brasil, guiado pela sua Constituição, segue a crescente tendência mundial de se afirmar o modelo de cooperação social, desde que voluntária através da negociação coletiva, e não comandada de cima. Tome-se um dos pontos centrais da Convenção n. 98/194910 da OIT, aprovada pelo Decreto-legislativo n. 49/1952, ratificada em 18/11/1952, promulgada pelo Decreto n. 33.196/1953:

Convenção n. 98/1949:

*“Art. 4 — Deverão ser tomadas, se necessário for, medidas apropriadas às condições nacionais, **para fomentar e promover o pleno desenvolvimento e utilização dos meios de negociação voluntária** entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores com o objetivo de regular, por meio de convenções, os termos e condições de emprego.” (Grifou-se)*



Uma vez que o Acordo Coletivo tem força de lei, esse instrumento garante às partes uma verdadeira restituição de direitos. Mesmo que existam perdas eventuais para uma das partes, o direito que está sendo conquistado pelas partes que fazem uso da auto composição  o direito de liberdade de escolha, direito central em qualquer Estado livre. A Convenção n. 154/1981 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo Decreto-legislativo n. 22/1992, ratificada em 10/07/1992 e promulgada pelo Decreto n. 1.256/1994, prevê:

Convenção n. 154/1981:

*“Art. 2 — Para efeito da presente Convenção, a expressão ‘**negociação coletiva**’ compreende todas as negociações que tenham lugar entre, de uma parte, um empregador, um grupo de empregadores ou uma organização ou varias organizações de empregadores, e, de outra parte, uma ou varias organizações de trabalhadores, com fim de:*

- a) fixar as condições de trabalho e emprego; ou*
- b) regular as relações entre empregadores e trabalhadores; ou*
- c) regular as relações entre os empregadores ou suas organizações e uma ou varias organizações de trabalhadores, ou alcançar todos estes objetivos de uma só vez.” (Grifou-se)*

*“Art. 5 — 1. Deverão ser adotadas medidas adequadas às condições nacionais no **estímulo  negociação coletiva**.*

2. As medidas a que se refere o parágrafo 1 deste artigo devem prover que:

- a) a **negociação coletiva seja possibilitada a todos os empregadores e a todas as categorias de trabalhadores** dos ramos de atividade a que aplique a presente Convenção;*



- b) a **negociao coletiva** seja progressivamente estendida a todas as matérias a que se referem as alíneas a, b e c do artigo 2 da presente Conveno;
- c) seja estimulado o estabelecimento de normas de procedimentos acordadas entre as organizaoes de empregadores e as organizaoes de trabalhadores;
- d) **a negociao coletiva não seja impedida devido  inexistência ou ao caráter impróprio de tais normas;**
- e) os órgãos e procedimentos de resoluo dos conflitos trabalhistas sejam concedidos de tal maneira que possam contribuir para o estímulo  negociao coletiva.” (Grifou-se)

Reforçando ainda mais essa perspectiva, a Recomendao n. 163/1981, que suplementa a Conveno n. 154/1981, dispõe que empregadores e associaoes de empregados devem ser estimulados a buscar eles próprios as soluçoes para os conflitos coletivos trabalhistas.

*Se necessárias, devem ser tomadas medidas condizentes com as condioes nacionais para que os procedimentos para a soluço de conflitos trabalhistas ajudem as partes **a encontrar elas próprias a soluço da disputa, quer o conflito tenha surgido durante a negociao de acordos, quer tenha surgido com relao  interpretao e  aplicao de acordos** ou esteja coberto pela Recomendao sobre o Exame de Queixas, de 1967” (grifou-se).*

A Constituio Federal e as Convenoes da Organizao Internacional do Trabalho (OIT) s quais o Brasil aderiu, preveem expressamente o reconhecimento dos Acordos Coletivos de Trabalho. Em toda e qualquer negociao, as partes envolvidas fazem concessoes mútuas, cedendo em

determinado ponto para auferir benefícios em outro, de forma que, ao final, estejam satisfeitas com o resultado obtido.

No presente caso restou incontestado que a expressa autorizao legal para o Município de Ribeirão Preto, Primeiro Suplicado, buscar a auto composio com os seus servidores, representados pelo Sindicato Autor, através de norma coletiva livremente pactuada, sem nenhum vício formal,  dada, primeiramente, pela própria Constituio Federal. Nesse sentido, em respeito ao princípio da reserva legal, tem patamar constitucional o prestígio ao livre entendimento entre as partes, sob pena de desestímulo  legítima negociao coletiva e seu consectário: o Acordo Coletivo de Trabalho.

Não podemos olvidar que o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem uma Seo (Seo V – artigo 239 e seguintes) destinada a normatizar os procedimentos para a instaurao de Dissídio Coletivo quando não há consenso entre o órgão público e servidores estatutários para formalizao de Acordos Coletivos de Trabalho.

A Resoluo não 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça deu um importante passo para estimular a Mediao e a Conciliao, ao instituir a Política Judiciária Nacional de tratamento aos conflitos de interesses, determinando aos Tribunais, a criao de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Soluo de Conflitos, e para atender aos Juízos, Juizados ou Varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários, foi determinado a criao dos Centros Judiciários de Soluo de Conflitos e Cidadania, conhecidos como os CEJUSCs, incumbidos de realizarem as sessões de conciliao e mediao pré-processuais, cujas

audiências são realizadas por conciliadores e mediadores credenciados junto ao Tribunal.

O Novo Código de Processo Civil recepcionou a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, trazendo ao texto aprovado grande destaque para a Mediação e a Conciliação, conforme se verifica, entre inúmeros outros artigos, o Parágrafo 3º do Artigo 3º, in verbis: “*A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial*”.

Por fim, com a edição da Lei 13.467/2017, da Reforma Trabalhista, foi introduzido o artigo 611-A à CLT, que tem a seguinte redação:

Art. 661-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

(...)

V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;

Assim, a autonomia individual da vontade das partes signatárias do Acordo Coletivo de Trabalho do ano de 2016 foi exercida nos estreitíssimos limites permitidos por todo o ordenamento jurídico brasileiro.

Deixando injustificadamente de prosseguir, em janeiro de 2017, com o cumprimento do Acordo Coletivo de trabalho firmado na Data Base da Categoria do ano de 2016, o Município incorreu em violação ao art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e Convenções 98/1949 e 154/1981 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, além de ter deixado de observar toda a



legislação aplicada  espécie, já enumerada, Resolução 125/2010 do CNJ, Lei 13.467/2017, da Reforma Trabalhista e Lei 13.105/2015 que instituiu o Novo Código de Processo Civil, legislações essas que preveem e incentivam a resolução de conflitos por meio de conciliação e mediação pré-processuais.

Como ensina o professor Luiz Marcelo Figueira de Gois (in Princípios da Negociação Coletiva), tal mecanismo de auto composição serve para concertação política, quando tem por objetivo o alcance de entendimento entre as partes; tem finalidade pacificadora, na existência de divergências de interpretação de determinada lei ou norma coletiva (auto composição); tem função social, ao proporcionar o sentimento de pacificação com a obtenção de acordos de grupos organizados. Assevera Figueira de Gois, no estudo citado, que:

Neste viés, **quando a negociação coletiva  bem sucedida e as partes negociais obtm o entendimento, ela se transforma em um diploma normativo que se torna apto a reger as relações de trabalho no âmbito individual**. Portanto, as convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho são nada mais do que o fruto de uma negociação coletiva bem sucedida.

Com a edição da Constituição e com o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7, XXVI), elevou-se a um patamar superior a negociação coletiva, revelando-se a opção legislativa de se valorizar a essência de onde surgem os contratos coletivos. **A negociação não  mais uma fase preliminar da convenção e do acordo. Ela  seu cerne. Os instrumentos pactuados são nada mais do que a forma de exteriorização da negociação, seu fruto maduro, apto a ser colhido.** (grifei).



Também os efeitos de eventual descumprimento dos Acordos Coletivos de Trabalho são abordados pelo professor Figueira de Gois, englobando a efetividade das cláusulas pactuadas entre as partes pelo princípio da paz social:

*(...) Ainda estaria englobado nesse princípio de paz o dever de respeito  norma coletiva pactuada durante a sua vigência, **evitando-se não são o descumprimento da mesma, como também suscitar negociaes revisionais sem a caracterizao de uma evidente modificao conjuntural econmica ou social capaz de justificá-las.***

*(...) Em todo caso, o descumprimento desse dever de paz, corolário do princípio da boa-f que será estudado adiante, **também pode gerar danos às partes da negociao**, seja a seus patrimnios ou a seus bens jurídicos extrapatrimoniais (como a reputao e a honra objetiva), **que serão essencialmente indenizáveis caso a reparao seja perseguida por meio de ao própria.***

(grifou-se)

Precisa e oportuna lio doutrinária, nesse terreno,  fornecida pelo ministro Luis Roberto Barroso ao relatar no STF, o Recurso Extraordinário 590.415 - SC a respeito da validade e efeitos dos acordos coletivos de trabalho:

* relevante, ainda, para a análise do presente caso, o princípio da lealdade na negociao coletiva. Segundo esse princípio os acordos devem ser negociados e cumpridos com boa-f e transparência. **Não se pode invocar o princípio tutelar, próprio do direito individual, para negar validade a certo dispositivo ou diploma objeto de negociao***

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



coletiva, uma vez que as partes são equivalentes, ao contrário do que ocorre no ramo individual. **Quando os acordos resultantes de negociaes coletivas são descumpridos ou anulados, as relaes por eles reguladas são desestabilizadas e a confiança no mecanismo da negociao coletiva  sacrificada.** (grifou-se)

V - DO PEDIDO

Diante do exposto requer:

1 – A condenao dos Suplicados na Obrigao de Fazer consistente no imediato cumprimento do Acordo Coletivo firmado no ano de 2016, mediante o enquadramento de todos os servidores municipais, associados ao Sindicato Autor, da Administrao Direta e Autarquias, ora Suplicados, que ocupam o cargo de Agente de Fiscalizao, na carreira “15”, na forma pactuada no Acordo Coletivo de Trabalho, com a mudança da nomenclatura do cargo para Agente Técnico de Fiscalizao;

2 – A condenao dos Suplicados no cumprimento da Obrigao de Pagar, a todos os Agentes de Fiscalizao da Administrao Direta e Indireta, associados ao Sindicato Autor, as diferenças salariais decorrentes do novo enquadramento na carreira 15, com reflexo em todas as verbas de direito, tais 13 salários, férias, licença premio, quinqunios, sexta parte e demais benefícios/gratificaes, com a incidência de atualizao monetária e juros de mora, na forma da lei, cujo montante do crédito deverá ser apurado em regular execuo de sentença.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



3 – Condenao dos Suplicados no pagamento de custas processuais e honorários advoccios, a ser arbitrado por esse E. Juízo, na forma do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil.

4 – Requer-se a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, na forma estabelecida pelo artigo 87 do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto  a presente para requerer V. Exa. se digne determinar a CITAO dos Suplicados, nos endereços declinados para que, em querendo, contestem a presente ao, sob pena de revelia, bem como para que compareçam  audiência designada, sob pena de confissão quanto a matéria de fato argüida.

Protesta e requer provar o alegado, por todos os meios de provas em direito permitidas, especialmente da oitiva de testemunhas, vistorias, perícias, juntada de novos documentos, depoimento pessoal dos Réus, sob pena de confissão e tudo o mais que elucidar possa a fim de ser a presente ao julgada totalmente procedente e condenados os Suplicados nos termos do pedido, acrescido de juros de mora, atualizao monetária, honorários advoccios e demais cominaoes legais.

D-se  causa, para efeitos de Direito, o valor estimado de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Termos em que,
Pede deferimento.
Ribeirão Preto, 11 de maio de 2018.

REGINA MRCIA FERNANDES
OAB/SP 98.574

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000